

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**EMBARGANTE : MUNICÍPIO DE GLAUCILÂNDIA**  
**ADVOGADO : AUGUSTO MÁRIO MENEZES PAULINO -**  
**MG083263**  
**EMBARGADO : SEBASTIÃO FILOGÔNIO DIAS**  
**ADVOGADOS : FRANK WESLEN LOPES - MG122336**  
**IVAN JOEL DOS SANTOS - MG113292**  
**RICARDO MARCELO DOS REIS - MG113293**  
**JOSE WALDIVINO DOS REIS - MG111727**  
**JOSE WALDIVINO DOS REIS - MG111727**

**EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO NOVO CPC/2015. REJEIÇÃO.

1. De acordo com o previsto no artigo 1.022 do Novo CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição ou omissão do acórdão atacado ou para corrigir erro material.
2. No caso, não se verifica a existência de quaisquer das deficiências em questão, pois o acórdão embargado enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no recurso.
3. Embargos de declaração rejeitados.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Regina Helena Costa.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Sérgio Kukina  
Relator